

Superior Tribunal de Justiça

**RE no AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.447.106 - GO
(2019/0045712-1)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : MARCOS VINICIUS VIDAL DA SILVA
ADVOGADO : RICARDO SILVA NAVES - GO009993
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 5º, INCISO XXXV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ÓBICE PROCESSUAL INTRANSPONÍVEL. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 895/STF**. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. TRIBUNAL DO JÚRI. PLENITUDE DE DEFESA. NULIDADE DA QUESITAÇÃO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279/STF. NEGATIVA DE SEGUIMENTO, EM PARTE, E, NO MAIS, NÃO ADMISSÃO DO RECURSO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por MARCOS VINICIUS VIDAL DA SILVA, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quinta Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. NULIDADE DA QUESITAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ALEGADA OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ART. 483, § 4º, DO CPP. AUSÊNCIA DE QUESITO SOBRE O EXCESSO CULPOSO. LEI 11.689/2008. QUESITO GENÉRICO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL APRESENTADO DE FORMA DEFICIENTE. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que não

Superior Tribunal de Justiça

ofende o princípio da colegialidade a prolação de decisão monocrática pelo relator, quando estiver em consonância com súmula ou jurisprudência dominante desta Corte e do Supremo Tribunal Federal.

2. Nulidade da quesitação. Quando as razões do agravo regimental deixam de infirmar especificadamente os fundamentos da decisão agravada, em desrespeito ao princípio da dialeticidade recursal, inspirador do preceito contido no art. 1.021, § 1º, do NCPC, não há como conhecer do recurso.

3. Para admissão do recurso especial com base no art. 619 do Código de Processo Penal, a omissão, ambiguidade, obscuridade ou contradição devem ser notórias, ou seja, imprescindíveis para o enfrentamento da questão nas Cortes superiores, o que não ocorreu *in casu*.

4. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem afastou a tese de nulidade da sessão de julgamento do Júri por ausência de quesito específico acerca do excesso culposos, sob os seguintes fundamentos: a) a atual sistemática processual, ao contrário da antiga, não contempla a formulação individualizada dos requisitos da excludente; e b) a tese do excesso culposos não foi sustentada expressamente pela defesa, de modo que operou-se a preclusão da matéria, pois a nulidade não foi arguida no momento oportuno (cf. art. 571, VIII, do CPP).

5. Por outro lado, o recorrente apenas impugna o primeiro fundamento, nada aduzindo acerca da preclusão da matéria, sendo que esta, por si só, é suficiente para manter o acórdão recorrido. Súmula 283/STF.

6. Ainda que assim não fosse, no tocante à nulidade do julgamento decorrente da ausência de quesito sobre o excesso culposos, verifica-se que o entendimento assente nesta Corte é no sentido de que, após a entrada em vigor da Lei n. 11.689/2008, é apenas obrigatória a quesitação relativa à absolvição do réu pelos jurados. Assim, a ausência de quesitação específica no tocante ao excesso culposos na legítima defesa não é causa de nulidade, nem há falar em inconstitucionalidade de referida norma. Precedentes.

7. Dissídio jurisprudencial apresentado de forma deficiente. O recurso fundado na alínea "c" do permissivo constitucional pressupõe a demonstração analítica da alegada divergência, sendo necessária a transcrição dos trechos que configuram o dissenso, mencionando as circunstâncias que identificam os casos confrontados, nos termos exigidos pelos dispositivos legais e regimentais que o disciplinam, ônus do qual não se desincumbiu a parte insurgente.

8. Agravo regimental conhecido em parte e, nesta extensão, provido (fls. 945/946).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 963/978) sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos arts. 5º, XXXV e XXXVIII, "a", e 93, IX, Constituição Federal, alegando para tanto que houve nulidade absoluta no procedimento do Tribunal do Júri, decorrente de vício na quesitação.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 985/992 e 993/996.

É o relatório.

Cinge-se a controvérsia vertida nos autos à questão da alegada nulidade no procedimento do Tribunal do Júri por vício de quesitação, estando o acórdão recorrido assim fundamentado:

Superior Tribunal de Justiça

O inconformismo do agravante não merece prosperar.

Inicialmente, cumpre ressaltar que, nos termos da jurisprudência desta Corte, é possível que o relator negue seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante, sem que se configure ofensa ao princípio da colegialidade, o qual sempre estará preservado, diante da possibilidade de interposição de agravo regimental.

(...)

Essa questão foi, inclusive, objeto da Súmula 568/STJ, publicada no DJe de 17/3/2016, com o seguinte teor: "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."

Quanto ao mérito do recurso, nota-se que a decisão agravada não conheceu do tema relativo à quesitação, tendo em vista a incidência da Súmula 283 do STJ.

Observa-se que os argumentos apresentados pela parte agravante, nas razões deste agravo regimental, não buscaram refutar os fundamentos da decisão monocrática.

Com efeito, caberia à parte insurgente contestar a conclusão contida na deliberação unipessoal quanto à incidência da Súmula 283 do STF.

Entretanto, o presente inconformismo limitou-se a reiterar as razões expendidas no bojo do recurso especial, contrariando o comando do art. 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015, que assim dispõe:

(...)

No mais, observa-se que o agravante não trouxe argumentos suficientemente capazes de infirmar o *decisum* agravado, motivo pelo qual o mantenho por seus próprios fundamentos, os quais restaram assim consignados (e-STJ, fls. 919-925):

"Em relação à alegada ofensa ao art. 619 do Código de Processo Penal, para admissão do recurso especial com base em tal dispositivo, a omissão, ambiguidade, obscuridade ou contradição devem ser notórias, ou seja, imprescindíveis para o enfrentamento da questão nas Cortes superiores. No presente caso, não é o que se verifica, tratando-se de mero inconformismo da parte.

A respeito da questão levantada, veja-se a fundamentação do acórdão:

'[...]

Com efeito, decidir se o alegado excesso na atuação sob o abrigo de uma das excludentes de ilicitude teria sido apenas culposos configura uma tese a ser obrigatoriamente formulada ao Conselho de Sentença, a quem compete essa definição.

Contudo, tem-se que, com o novo sistema de quesitação, imposto pela Lei 11.689/2008, o qual veio para simplificar ao máximo a quesitação, as diversas teses defensivas de absolvição do acusado (excludentes de ilicitude, causas de isenção de pena, etc.), que continuam podendo ser sustentadas em plenário sem qualquer tipo de restrição, serão todas elas englobadas em um único quesito, que se limitará a perguntar: 'O jurado absolve o acusado?' (art. 483, § 3º).

Logo, constata-se que o novo sistema não contempla a

formulação individualizada dos requisitos da excludente, como acontecia no sistema antigo.

Assim, o reconhecimento do excesso, terá que ser sustentado pela defesa como tese específica, a ser formulada de maneira direta: 'O réu excedeu apenas por culpa os limites da legítima defesa (ou de qualquer das outras excludentes)?', e só assim, requerido pela Defesa, se tornará quesito de formulação obrigatória.

Ora, da leitura atenta da ata de julgamento, verifica-se que tal excesso culposo não constituiu tese sustentada expressamente pela Defesa em plenário, não constando do referido documento nenhuma menção à referida tese, razão pela qual, não se pode falar em nulidade da quesitação.

Ademais, a eventual existência de irregularidade na quesitação deveria ter sido arguida no momento oportuno, qual seja, logo após a sua ocorrência no julgamento em plenário (art. 571, VIII, CPP), o que não se verificou no presente caso, restando, pois, preclusa a matéria.

Destarte, por todo o exposto, julgo improcedente a referida preliminar aventada pelo apelante.

Passo, em seguida, à análise da tese de nulidade do julgamento em virtude de que a decisão dos Jurados seria manifestamente contrária à prova dos autos.

Primeiramente, impende salientar que 'decisão manifestamente contrária à prova dos autos', nos processos de competência do Júri, 'é aquela que não tem apoio em prova nenhuma, é aquela proferida ao arrepio de tudo quanto mostram os autos, é aquela que não tem a suportá-la, ou justificá-la, um único dado indicativo do acerto da conclusão adotada' (RT 780/653).

Damásio E. de Jesus sustenta que 'É pacífico que o advérbio manifestamente (III, 'd') dá bem a ideia de que só se admite seja o julgamento anulado quando a decisão do Conselho de Sentença é arbitrária, porque se dissocia integralmente da prova dos autos' (in Código de Processo Penal Anotado, Ed. Saraiva, 7ª Ed., p. 373 - Negritei).

Como se sabe, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea 'c', garante ao Tribunal do Júri a soberania de seus veredictos. Assim, a decisão dos jurados, feita por meio da votação dos quesitos pertinentes é absoluta e somente poderá ser revisada quando manifestamente contrária ao conjunto probatório dos autos, já que podem optar por uma dentre as várias correntes de interpretação das provas possíveis.

[...]

Nessa esteira, o veredicto do Conselho de Sentença somente deve ser anulado quando espelhar uma versão teratológica, absurdamente incompatível com o conjunto probatório coligido.

Dessa forma, como se trata, o presente recurso, de discussão acerca da existência de julgamento contrário à prova dos autos, a incursão, por este Colegiado, ao campo probatório é medida necessária, até mesmo para que se cumpra a norma constitucional que determina a fundamentação das decisões

judiciais (art. 93, inciso IX, da Constituição Federal).

Sobreleva dos autos, que o Conselho de Sentença reconheceu em plenário, a materialidade e a letalidade do crime de homicídio perpetrado contra a vítima Bruno Eiji de Sousa Matimoto, atribuindo a autoria ao apelante e negando os quesitos referentes à desclassificação para homicídio culposo, à absolvição e à tese redutora do homicídio privilegiado, bem como acolhendo o quesito relativo à qualificadoras do emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima, restando, portanto, o apelante, condenado nas sanções do artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal.

Pois bem. A versão acolhida pelos Jurados e que se tem nos autos é a de que o apelante efetuou um disparo de inopino na vítima, quando esta, o adolescente Bruno Eiji de Sousa Matimoto, tentou entrar na distribuidora do apelante, trazendo R\$ 57,00 na mão, visando recarregar os créditos de seu celular.

Impende destacar, que a alegada legítima defesa putativa exige, para seu reconhecimento, que haja uma situação que verdadeiramente possa levar o agente a erro, presumindo estar em legítima defesa.

No presente caso, a esposa do apelante, quando ouvida, sob o crivo do contraditório (DVDs de fls. 178 e 506), asseverou não ter visualizado nenhuma arma em poder da vítima, estando evidente que não havia nenhuma circunstância que pudesse apontar a vítima como pessoa perigosa, suspeita, ou assaltante.

Ora, sendo um comércio, a presunção primeira que se deveria ter é a de que as pessoas que ali chegam são consumidores, à procura de algum produto para adquirir.

Logo, resta claro que os Jurados entenderam que houve precipitação por parte do apelante, supor que a mesma seria um ladrão, alvejando-a sem que a mesma esperasse tal reação, para somente depois, procurar saber quem era.

Ademais, como bem ponderou o douto Promotor de Justiça de piso, 'É de se ressaltar que a ninguém é permitido matar nem mesmo um assaltante, a não ser em casos extremos, devidamente justificáveis, para defender a vida de forma inequívoca, o que não é o caso'.

Assim, apesar de lastimável o fato, tem-se que ressaí do processado que a decisão soberana do Júri, tomada sob o prisma da íntima convicção dos jurados, **reconhecendo a tese acusatória constante da denúncia, inclusive com a qualificadora do emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima, não se mostra dissociada do contexto probatório,** não havendo que se falar em nulidade do julgamento, razão pela qual deve o mesmo ser mantido' (e-STJ, fls. 747-751, grifou-se).

Outrossim, ressalte-se que cabe ao julgador fundamentar todas as suas decisões, de modo a robustecê-las, bem como afastar qualquer dúvida quanto a motivação utilizada, nos termos do art. 93, IX da Constituição Federal de 1988,

Superior Tribunal de Justiça

devendo ser considerada a conclusão lógico-sistemática adotada pelo *decisum*, como ocorre *in casu*.

Sobre o tema:

'AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 59 DO CP. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O recurso especial sustentou, a incompetência de juízo - item em que não indicou o dispositivo de lei federal violado -, bem como a ilegalidade da condenação, momento em que o recorrente, não obstante haver citado o dispositivo da legislação infraconstitucional supostamente violado pelo Tribunal *a quo* (art. 59 do CP), não desenvolveu, de forma lógica e com um mínimo de profundidade, as razões jurídicas acerca dessa violação, o que descumpre requisito imprescindível para o conhecimento do recurso, nos termos da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. O reconhecimento de violação do art. 619 do CPP pressupõe a ocorrência de omissão, ambiguidade, contradição ou obscuridade tais que tragam prejuízo à defesa. A assertiva, no entanto, não pode ser confundida com o mero inconformismo da parte com a conclusão alcançada pelo julgador, que, a despeito das teses aventadas, lança mão de fundamentação idônea e suficiente para a formação do seu livre convencimento.

3. No caso, não há nenhuma omissão no julgado proferido pela Corte de origem, de maneira a gerar o pretendido reconhecimento de infringência do art. 619 do Código de Processo Penal, visto que o acórdão proferido na apelação, expressamente, manifestou-se sobre todas as questões apresentadas pela defesa.

4. [...].

5. Agravo regimental não provido.' (AgRg no Ag 1203770/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 02/03/2017).

'PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PECULATO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ARREPENDIMENTO POSTERIOR. REQUISITO ESSENCIAL. AUSÊNCIA. ATENUANTE DO ART. 65, INCISO III, ALÍNEA D. REEXAME DE PROVAS. DOSIMETRIA. ELEVAÇÃO DA PENA-BASE. PERCENTUAL. PROPORCIONALIDADE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. VEDAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ.

I - Não padece de vícios a decisão do Tribunal de origem que, fundamentadamente, abraça tese contrária à do recorrente, suficiente ao deslinde da questão, sendo desnecessário, por redundância, o enfrentamento de todos os pontos expostos nos aclaratórios relativos à matéria objeto de

Superior Tribunal de Justiça

irresignação (precedentes).

[...]

Agravo regimental desprovido.' (AgRg no AREsp 620.631/GO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 18/05/2016).

No mérito, a pretensão recursal não merece acolhimento.

Conforme se extrai da transcrição do acórdão recorrido, o Tribunal de origem afastou a tese de nulidade da sessão de julgamento do Júri por ausência de quesito específico acerca do excesso culposo, sob os seguintes fundamentos: a) a atual sistemática processual, ao contrário da antiga, não contempla a formulação individualizada dos requisitos da excludente; e b) a tese do excesso culposo não foi sustentada expressamente pela defesa, de modo que operou-se a preclusão da matéria, pois a nulidade não foi arguida no momento oportuno (cf. art. 571, VIII, do CPP).

Observa-se que o recorrente apenas impugna o primeiro fundamento, nada aduzindo acerca da preclusão da matéria, sendo que esta, por si só, é suficiente para manter o acórdão recorrido.

O recurso, portanto, no ponto, encontra óbice na Súmula 283/STF, que assim estabelece: 'É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.'

Nesse sentido:

'PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO CRIMINAL. ALEGAÇÃO DE NULIDADE NO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. PRECLUSÃO. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Restou assentado no acórdão recorrido fundamento inatacado quando o mesmo, ao rejeitar a revisão criminal proposta pelo ora recorrente, adotou os fundamentos do voto condutor da apelação, o qual reconheceu que eventual falha na quesitação dos jurados preclui caso não alegada na própria sessão de julgamento, a atrair a incidência do óbice da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal - STF.

Agravo regimental desprovido.'

(AgRg no AREsp 903.811/SE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 27/03/2017).

'PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. COMPROVAÇÃO. HOMICÍDIO. JÚRI. NULIDADE. ART. 479 DO CPP. PRECLUSÃO. FUNDAMENTO SUFICIENTE INATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A existência de certidão atestando a ciência do acórdão

pelos procuradores da assistência da acusação em 3/2/2015, evidencia a tempestividade do recurso especial, interposto em 13/2/2015.

2. A ausência de impugnação específica a um dos fundamentos do acórdão recorrido - a ocorrência de preclusão temporal -, suficiente para manter o julgado, atrai a incidência da Súmula 283 do STF, por analogia.

3. A ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial, nos termos exigidos pelo art. 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, notadamente por ter não ter sido efetuado o necessário cotejo analítico, impede o conhecimento do recurso pela alínea c.

4. Agravo regimental improvido, mantendo a decisão agravada, que não conheceu do recurso, por fundamento diverso.'

(AgRg no REsp 1555793/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 07/06/2016, DJe 17/06/2016, com destaque).

Ainda que assim não fosse, no tocante à nulidade do julgamento decorrente da ausência de quesito sobre o excesso culposo, verifica-se que o entendimento assente nesta Corte é no sentido de que, após a entrada em vigor da Lei n. 11.689/2008, é apenas obrigatória a quesitação relativa à absolvição do réu pelos jurados. Assim, a ausência de quesitação específica no tocante ao excesso culposo na legítima defesa não é causa de nulidade, nem há falar em inconstitucionalidade de referida norma.

A propósito, transcrevo:

'EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. JURI. AUSÊNCIA DE ELABORAÇÃO DE QUESITO ESPECÍFICO REFERENTE À LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA. DESNECESSIDADE. JULGAMENTO OCORRIDO APÓS AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI 11.689/2008. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ACLARATÓRIO DESACOLHIDO.

1. Explicitada a razão pela qual se entendeu que a tese da legítima defesa putativa, com o advento da Lei n. 11.689/08, foi incorporada ao quesito obrigatório da absolvição, prevista no artigo 483, inciso III e § 2º, do Código de Processo Penal, não havendo, portanto, que se falar em nulidade pela ausência na sua quesitação, inexistente omissão a ser sanada.

2. Nos termos do artigo 571, inciso VIII, do Código de Processo Penal, as nulidades do julgamento em plenário devem ser arguidas logo após a sua ocorrência, **sob pena de preclusão.**

3. Embargos de declaração rejeitados.'

(EDcl no AgRg no AREsp 767.879/PE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/12/2017, DJe 13/12/2017, grifou-se).

Superior Tribunal de Justiça

'AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. AFRONTA AOS ARTS. 23, II, E 25, AMBOS DO CP, E 415, IV, E 564, III, "K", DO CPP. NULIDADE DO JULGAMENTO. AUSÊNCIA DE QUESITO OBRIGATÓRIO. LEGÍTIMA DEFESA. INOBSERVÂNCIA. JULGAMENTO SOB A ÉGIDE DA LEI N. 11.689/2008. QUESITO GENÉRICO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Após a entrada em vigor da Lei n. 11.689/2008, a sistemática do Tribunal do Júri determina, em decorrência da garantia constitucional da plenitude de defesa, que o quesito absolutório genérico concentre, de forma implícita, todas as questões relativas às excludentes de ilicitude e de culpabilidade previstas no ordenamento jurídico pátrio (art. 483, III, § 2º, do CPP).

2. Na hipótese dos autos, muito embora o homicídio tenha ocorrido em 6/9/1998, o julgamento pelo Tribunal do Júri só aconteceu em 19/11/2009, sob a vigência da Lei n. 11.689/2008, e, consoante se depreende da ata da sessão de julgamento do Tribunal do Júri, houve resposta negativa à pergunta 'o jurado absolve o acusado?'.

3. Assim, o acórdão que afastou a tese de nulidade do julgado está em consonância com o entendimento desta Corte de que, "após a entrada em vigor da Lei n. 11.689/2008, uma vez formulado o quesito genérico concernente à possibilidade de absolvição, a ausência de formulação de quesito específico quanto à tese de legítima defesa não enseja nulidade do julgado". (AgRg no HC n. 258.852/PI, Rel. Ministro Rogerio Schietti, 6ª T., DJe 29/11/2016)

4. Agravo regimental não provido.'

(AgRg no AREsp 1046744/AM, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 30/05/2017).

'HABEAS CORPUS IMPETRADO ORIGINARIAMENTE, A DESPEITO DA POSSIBILIDADE DE IMPUGNAÇÃO AO ACÓRDÃO DO TRIBUNAL A *QUO* POR INTERMÉDIO DE RECURSO ESPECIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA (RESSALVA DO ENTENDIMENTO DA RELATORA). TRIBUNAL DO JÚRI. ALTERAÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 11.689/08. QUESITAÇÃO SOBRE A ABSOLVIÇÃO DO RÉU. ART. 483, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ABRANGÊNCIA DE TODAS AS TESES ABSOLUTÓRIAS EM QUESTIONAMENTO ÚNICO. VOTAÇÃO DO JÚRI QUE SE ENCERRA COM A RESPOSTA AFIRMATIVA DE MAIS DE TRÊS JURADOS AO QUESITO *EX LEGE* REFERENTE À ABSOLVIÇÃO. *WRIT* NÃO CONHECIDO. ORDEM DE *HABEAS CORPUS*, CONTUDO, CONCEDIDA *EX OFFICIO*.

1. A Quinta Turma deste Superior Tribunal de Justiça firmou orientação não unânime de que é inadequado o manejo de *habeas corpus* se há possibilidade de impugnação ao ato decisório do Tribunal *a quo* por intermédio de recurso especial

Superior Tribunal de Justiça

- a despeito do posicionamento contrário da Relatora, em consonância com o do Supremo Tribunal Federal.

2. Hipótese em que a única tese ventilada pela defesa perante o Conselho de Sentença foi a de legítima defesa.

3. Na atual sistemática do Tribunal do Júri, não há mais quesitos específicos sobre a absolvição, pois o Legislador Pátrio, ao editar a Lei n. 11.689/08, determinou que todas as teses defensivas, no ponto, fossem abrangidas por uma única quesitação obrigatória (art. 483, inciso III, do Código de Processo Penal). (...).'

(HC 190.264/PB, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 26/08/2014, DJe 02/09/2014).

Por fim, quanto ao alegado dissídio jurisprudencial, o recurso não merece prosperar, em razão da falta de comprovação do dissenso pretoriano.

Nos termos do disposto nos arts. 1.029, § 1º, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ, caberia ao recorrente a realização do devido cotejo analítico para demonstrar a similitude fática entre os julgados confrontados, mediante a transcrição dos "trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", requisito não cumprido na hipótese dos autos.

Corroboram:

'[...]

1. O aventado dissenso interpretativo não foi demonstrado nos termos exigidos pela legislação processual de regência. A mera transcrição de ementas não serve à comprovação do dissídio, sendo necessário o cotejo analítico entre os acórdãos recorrido e o paradigma, com a efetiva confirmação da similitude dos casos confrontados. Ademais, o recorrente não indica qual o dispositivo da legislação federal tido por violado ou objeto da divergência, sendo assim, de rigor a aplicação do óbice da Súmula 284/STF. [...]

4. Agravo regimental improvido.' (AgRg no AREsp 693.045/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 22/9/2015).

'[...]

I. O recurso especial interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alínea c, da Constituição Federal exige a demonstração do dissídio jurisprudencial, através da realização do indispensável cotejo analítico, para demonstrar a similitude fática entre o v. acórdão recorrido e o eventual paradigma (arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º, do RISTJ), o que não ocorreu na espécie. [...]

Agravo regimental desprovido.' (AgRg no AREsp 546.951/MT, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 22/9/2015).

Portanto, o acórdão recorrido não merece reparos, devendo ser mantido em sua integralidade."

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **conheço em parte** do agravo regimental e, nesta extensão, **nego-lhe provimento** (fls. 950/958).

Inicialmente, cumpre salientar que, em relação à suposta violação do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, no julgamento do RE 956.302/GO, também sob o regime de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal acolheu a tese de que "a questão da ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição, quando há óbice processual intransponível ao exame de mérito, ofensa indireta à Constituição ou análise de matéria fática, tem natureza infraconstitucional, e a ela se atribuem os efeitos da ausência de repercussão geral" (Tema 895/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do julgado:

PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ÓBICES PROCESSUAIS INTRANSPONÍVEIS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. QUESTÃO INFRACONSTITUCIONAL. MATÉRIA FÁTICA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. Não há repercussão geral quando a controvérsia refere-se à alegação de ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição, nas hipóteses em que se verificaram óbices intransponíveis à entrega da prestação jurisdicional de mérito. (RE 956.302/GO RG, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, julgado em 19/05/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-124 DIVULG 15-06-2016 PUBLIC 16-06-2016)

Ademais, quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791.292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, pp. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado

Superior Tribunal de Justiça

conhecer parcialmente do agravo regimental no agravo em recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Por fim, a análise da questão suscitada no presente Recurso Extraordinário perpassa pelo exame da normal processual penal e da Lei n. 11.689/08, de modo que eventual afronta à Constituição Federal, se houvesse, seria indireta (**ofensa reflexa**), o que não legitima a interposição do apelo extremo.

Outrossim, o afastamento dos pressupostos fáticos tomados no julgamento do recurso demandaria, inarredavelmente, o reexame dos elementos de convicção existentes nos autos, o que não é permitido em sede de recurso extraordinário, frente ao óbice da Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal.

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal, em casos análogos ao dos autos:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO. ARTIGO 121 DO CÓDIGO PENAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ARTIGO 5º, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. OFENSA REFLEXA AO TEXTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 5º, XXVIII, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIO DA PLENITUDE DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PROVA TESTEMUNHAL. MATÉRIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. PREJUÍZO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(ARE 1182198 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 29/03/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-071 DIVULG 05-04-2019 PUBLIC 08-04-2019)

DIREITO PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TRIBUNAL DO JÚRI. PLENITUDE DA DEFESA. CONTROVÉRSIA DECIDIDA COM BASE NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. RECURSO DE CARÁTER PROTETÓRIO. 1. Para chegar a conclusão diversa do acórdão recorrido, seria necessária a análise da legislação infraconstitucional pertinente e uma nova

Superior Tribunal de Justiça

apreciação dos fatos e do material probatório constante dos autos (Súmula 279/STF), o que é inviável em recurso extraordinário. Precedentes. 2. No caso, percebe-se claramente o caráter procrastinatório deste recurso. Incide a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a utilização de recurso manifestamente protelatório autoriza o imediato cumprimento da decisão proferida pela Suprema Corte, independentemente da publicação do acórdão (RE nº 839.163/DF-QO, Tribunal Pleno, de minha relatoria, DJe de 9/2/15) (ARE 849.433, Rel. Min. Dias Toffoli). 3. Agravo interno a que se nega provimento, determinando-se a baixa imediata dos autos à origem para a pronta execução do julgado.

(ARE 960363 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 14/10/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-234 DIVULG 03-11-2016 PUBLIC 04-11-2016)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira e segunda partes, do Código de Processo Civil, **nego seguimento, em parte, ao recurso extraordinário**. No mais, com espeque no art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o apelo extremo**.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente